



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

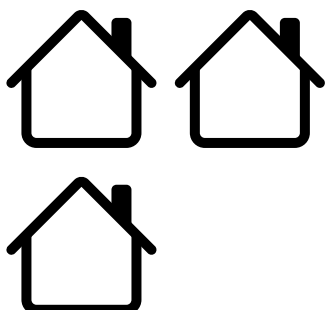
Tecendo cuidado a várias mãos: notas sobre a construção de um diálogo entre saberes tradicionais e políticas de saúde na região do baixo Tapajós

Autoria: Luana da Silva Cardoso, Luana da Silva Cardoso (UFOPA) Pedro de Lemos MacDowell (SESAI) Rodrigo Magalhães de Oliveira (MPF)

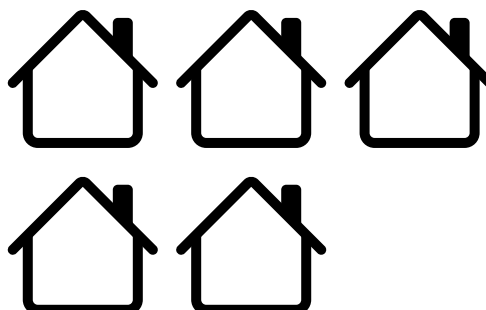
Um dos desdobramentos do processo de etnogênese iniciado há quase 30 anos na região do rio Arapiuns e do baixo rio Tapajós é a reivindicação do direito de acesso ao modelo diferenciado de saúde indígena preconizado na legislação específica do SUS. Por meio de uma decisão judicial no âmbito de uma Ação Civil Pública impetrada pelo MPF em 2015, a população que pode chegar a 8000 indígenas de 13 etnias distintas conquistou o direito à atenção de saúde diferenciada, ganhando o reconhecimento pela SESA, do Ministério da Saúde, que assumiu então sua responsabilidade sanitária na região. Após um período de cadastramento da população e de negociação entre os diversos atores envolvidos no processo, finalmente uma equipe da SESA iniciou a realização de ações de saúde nessas aldeias no mês de julho de 2017. Desde as conversas iniciais para a realização destas ações, contudo, as lideranças indígenas à frente do processo, representadas principalmente pelo Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA), reivindicaram uma entrada cuidadosa dessas equipes, com atuação construída de forma participativa junto a cada comunidade, garantindo o respeito às práticas e conhecimentos tradicionais de saúde e o protagonismo dos cuidadores atuantes na região. Os povos do baixo Tapajós e Arapiuns querem a presença das políticas públicas de saúde em suas aldeias, mas não querem com isso a imposição do modelo biomédico em detrimento de suas formas próprias e tradicionais de cuidado, bem como suas práticas alimentares, como ocorre frequentemente. Neste work, uma liderança do CITA, um antropólogo da SESA e um assessor do MPF, representando os três principais grupos agentes no processo, buscam refletir conjuntamente sobre os desafios dessa construção.



Realização:



Apoio:



Organização:

